Objetivo (s):

A Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto - FUNFARME administra atividades assistenciais, ensino, pesquisa, hemoterapia, reabilitação, extensão, gestão administrativa e apoio institucional. Para realizar essas atividades, trata dados pessoais de diferentes públicos, inclusive dados pessoais sensíveis, especialmente informações relacionadas à saúde.

Esta Política de Privacidade explica, de forma geral, como a FUNFARME coleta, utiliza, compartilha, armazena, protege e elimina dados pessoais, bem como apresenta os direitos dos titulares e os canais de contato.

A FUNFARME atua como controladora quando decide as finalidades e os meios essenciais do tratamento de dados pessoais relacionado às atividades sob sua responsabilidade.

Razão social	Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto - FUNFARME
CNPJ	60.003.761/0001-29
Endereço	Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5.544, Vila São Pedro, São José do Rio Preto/SP
Canal de privacidade	protecaodedados@funfarme.com.br

Em determinadas relações, outras entidades também podem atuar como controladoras independentes ou controladoras conjuntas, conforme as decisões efetivamente tomadas sobre o tratamento de dados.

Abrangência:

Esta Política pode abranger dados pessoais de:

- pacientes atendidos pelo SUS, convênios ou de forma particular;
- acompanhantes, familiares, responsáveis legais, cuidadores e visitantes;
- doadores, receptores, candidatos à doação e demais pessoas relacionadas às atividades de hemoterapia;
- empregados, médicos, profissionais assistenciais, residentes, aprimorandos, estudantes, docentes, pesquisadores, estagiários, aprendizes e voluntários;
- candidatos a emprego, estágio, residência, bolsas ou outras oportunidades;
- fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, e representantes;
- usuários do site, portais, aplicativos, centrais de atendimento e canais digitais;
- pessoas que participem de pesquisas, projetos acadêmicos, atividades de ensino ou inovação;
- pessoas registradas em câmeras, controles de acesso, gravações ou sistemas de segurança.

Requisitos da Política:

1. Quais dados pessoais podemos tratar

1.1 Dados de identificação e contato

- nome, filiação, data de nascimento, sexo, nacionalidade e estado civil;
- RG, CPF, Cartão Nacional de Saúde, passaporte, documentos profissionais e outros identificadores;

- endereço, telefone, e-mail e contatos de emergência;
- assinatura, fotografia e dados cadastrais.

1.2 Dados assistenciais e de saúde

- histórico clínico, queixas, sintomas, diagnósticos, prognósticos e condições de saúde;
- prescrições, alergias, medicamentos, procedimentos, terapias e internações;
- resultados laboratoriais, imagens, laudos, sinais vitais e registros multiprofissionais;
- informações genéticas, biométricas ou relacionadas à vida sexual, quando necessárias e legalmente autorizadas;
- dados registrados em prontuários, sistemas assistenciais e documentos clínicos.

1.3 Dados administrativos, financeiros e de convênios

- dados de planos de saúde, autorizações, guias, faturamento e auditoria;
- informações bancárias, fiscais, contábeis, contratuais e de cobrança;
- dados necessários ao cumprimento de obrigações perante o SUS, operadoras, órgãos públicos e entidades reguladoras.

1.4 Dados profissionais, acadêmicos e de pesquisa

- formação, currículo, registro profissional, vínculo, função, jornada, desempenho e treinamentos;
- dados de seleção, contratação, remuneração, benefícios, saúde ocupacional e segurança do trabalho;
- informações de ensino, residência, estágio, pesquisa, autoria, produção científica e participação em projetos.

1.5 Dados de segurança e uso de ambientes

- imagens de câmeras de segurança;
- registros de entrada, saída, circulação e acesso físico;
- logs de sistemas, credenciais, endereços IP, dispositivo, navegador e eventos de segurança;
- gravações de chamadas ou atendimentos, quando aplicável e informado.

1.6 Dados coletados por canais digitais

- dados fornecidos em formulários, portais, aplicativos e canais de atendimento;
- informações técnicas sobre navegação, dispositivo, sessão e cookies;
- registros de interação com serviços digitais.

2. COMO OS DADOS PODEM SER COLETADOS?

Visando as finalidades descritas nesta Política, a coleta dos dados pode se dar através:

- diretamente do titular, responsável, acompanhante ou representante;

- por profissionais de saúde e equipes assistenciais durante o atendimento;
- por encaminhamento de serviços de saúde, órgãos públicos, SUS, operadoras e prestadores;
- por formulários, documentos, sistemas, portais, aplicativos, telefone e canais digitais;
- por equipamentos médicos, laboratoriais, de imagem, monitoramento e controle de acesso;
- por fontes públicas ou legalmente acessíveis, quando necessário e permitido;
- por parceiros, pesquisadores, fornecedores e instituições, conforme contrato, autorização ou base legal.

3. PARA QUAIS FINALIDADES USAMOS SEUS DADOS?

3.1 Prestação de Assistência à saúde

A FUNFARME e suas Unidades gerenciadas utilizam seus dados na assistência à saúde para identificar o paciente e confirmar sua identidade. Realizar consultas, exames, cirurgias, internações, terapias, reabilitação e demais cuidados. Manter prontuário e assegurar continuidade Assistencial. Emitir atestados, laudos, receitas, relatórios e documentos clínicos. Comunicar informações necessárias ao cuidado e à segurança do paciente, e apoiar urgências, emergências e proteção à vida.

3.2 Gestão Administrativa, faturamento e regulação

A FUNFARME e suas Unidades gerenciadas utilizam seus dados na Gestão administrativa afim de realizar cadastros, autorizações, agendamentos, internações e altas. Processar faturamento, cobrança, auditoria, prestação de contas e reembolsos. Cumprir exigências do SUS, operadoras, autoridades sanitárias e órgãos reguladores e gerir contratos, assim como fornecedores, acessos, recursos e continuidade operacional.

3.3 Ensino, pesquisa, ciência e inovação

Para desenvolvimento de atividades acadêmicas, estágios, aprimoramentos, residência e formação profissional. Realizar pesquisas aprovadas pelas instâncias éticas e institucionais competentes. Produzir conhecimento científico, estatísticas, avaliações e inovação

Observação: Para este propósito a entidade busca utilizar dados anonimizados ou pseudonimizados sempre que adequado e possível, garantindo o sigilo e confidencialidade durante todo o processo.

3.4 Gestão de pessoas e relações profissionais

Para selecionar contratar e administrar vínculos de trabalho, estágio, residência, voluntariado e prestação de serviços. No cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de saúde e segurança ocupacional. E em processos de treinamentos, avaliações, gestão de acessos e medidas de segurança.

3.5 Segurança, prevenção e exercício de direitos

Com o objetivo de proteger pessoas, instalações, equipamentos, sistemas e informações. Para prevenir fraude, acesso indevido, violência, perdas e incidentes envolvendo dados. Apurar fatos, preservar evidências e exercer direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais e atender requisições legítimas de autoridades.

3.6 Comunicação e relacionamento

Podemos utilizar seus dados para enviar lembretes de consultas, orientações, avisos assistenciais e informações institucionais. Realizar pesquisas de satisfação e ações de melhoria e atender dúvidas, solicitações, reclamações e manifestações.

4. DADOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS VULNERÁVEIS

A FUNFARME pode tratar dados de crianças e adolescentes para assistência, proteção da vida, cumprimento de obrigações, pesquisa, ensino e outras finalidades legítimas. O tratamento de dados deve observar o melhor interesse, a proteção integral e salvaguardas adequadas.

Quando necessário, informações serão prestadas de forma compatível com a capacidade de compreensão do titular e com a atuação de pais, responsáveis ou representantes.

Em situações de urgência, emergência ou assistência indispensável, a proteção da vida e a tutela da saúde podem justificar o tratamento de dados independentemente de consentimento.

5. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Compartilhamos seus dados quando necessário, de forma segura, proporcional e juridicamente autorizada nos seguintes casos:

- ✓ profissionais e serviços de saúde envolvidos no cuidado;
- ✓ SUS, Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde, autoridades sanitárias e órgãos reguladores;
- ✓ operadoras de planos de saúde, auditorias, seguradoras e entidades de faturamento;
- ✓ laboratórios, clínicas, serviços diagnósticos, transporte, apoio e outros prestadores assistenciais;
- ✓ instituições de ensino, pesquisa, CEP/Conep e parceiros autorizados;
- ✓ fornecedores de tecnologia, infraestrutura, armazenamento, comunicação e suporte;
- ✓ autoridades judiciais, policiais, administrativas, Ministério Público, Defensoria e órgãos de controle;
- ✓ consultorias, escritórios, auditores e prestadores necessários ao exercício regular de direitos;
- ✓ outros destinatários autorizados por lei ou pelo titular, quando aplicável.

A FUNFARME procura limitar o compartilhamento ao mínimo necessário e avaliar a função de cada destinatário. Nem todo terceiro atua como operador; algumas entidades podem decidir de forma independente sobre os dados recebidos.

6. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL

Alguns fornecedores ou serviços tecnológicos podem envolver armazenamento, suporte ou acesso a dados fora do Brasil. Quando houver transferência internacional, a FUNFARME deve adotar mecanismo permitido pela LGPD e pela regulamentação da ANPD, além de medidas contratuais e de segurança adequadas.

7. POR QUANTO TEMPO MANTEMOS OS DADOS?

Os dados são mantidos pelo tempo necessário às finalidades informadas e ao cumprimento de obrigações legais, regulatórias, assistenciais, científicas, contratuais e de exercício regular de direitos.

Os prazos variam conforme a categoria de documento e o processo. A FUNFARME não aplica um único prazo a todos os dados.

Prontuários e documentos assistenciais observam a legislação e as normas profissionais aplicáveis. Após o término do período de retenção, os dados podem ser eliminados, anonimizados ou mantidos quando houver fundamento legal.

Pedidos de eliminação não serão atendidos quando houver obrigação de guarda, necessidade assistencial, exercício regular de direitos, proteção de terceiros ou outra hipótese legítima de conservação.

8. COMO PROTEGEMOS SEUS DADOS

A FUNFARME adota medidas técnicas, administrativas e organizacionais proporcionais aos riscos, à natureza dos dados e às atividades realizadas.

- controle de acesso e gestão de perfis;
- autenticação, registros de eventos e monitoramento;
- proteção de redes, sistemas, equipamentos e ambientes físicos;
- backups, continuidade e recuperação;
- gestão de vulnerabilidades e incidentes;
- segregação de funções e menor privilégio;
- contratos, confidencialidade e avaliação de fornecedores;
- treinamentos e conscientização.

A FUNFARME trabalha para prevenir, detectar, responder e reduzir os impactos de eventos de segurança da informação.

9. INCIDENTES DE SEGURANÇA

Quando ocorre um incidente de segurança envolvendo dados pessoais, a FUNFARME adota medidas para contenção, investigação, recuperação, avaliação de riscos e prevenção de recorrência.

A ANPD e os titulares serão comunicados quando o incidente puder acarretar risco ou dano relevante, conforme os critérios, prazos e conteúdos previstos na legislação e regulamentação vigente.

Comunicações suspeitas, envio incorreto de dados, perda de documentos, acessos indevidos ou outras situações de risco podem ser informadas ao canal de privacidade, indicado neste documento.

10. QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS?

Nos termos da LGPD, o titular pode solicitar, conforme aplicável:

- ✓ confirmação da existência de tratamento de dados;
- ✓ acesso aos dados pessoais;
- ✓ correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- ✓ anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- ✓ portabilidade, observada a regulamentação e os segredos comercial e industrial;
- ✓ eliminação dos dados tratados com consentimento, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
- ✓ informação sobre entidades com as quais houve uso compartilhado;
- ✓ informação sobre a possibilidade e as consequências de não fornecer consentimento;
- ✓ revogação do consentimento;
- ✓ oposição a tratamento de dados irregular;
- ✓ revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento de dados automatizado, quando aplicável.

Obs: Os direitos não são absolutos. Uma solicitação pode ser limitada ou recusada, total ou parcialmente, quando houver obrigação legal de guarda, sigilo profissional, proteção do próprio titular ou de terceiros, exercício regular de direitos, preservação de evidências ou outra justificativa válida.

11. COMO EXERCER SEUS DIREITOS

Solicitações podem ser encaminhadas ao canal de privacidade da FUNFARME:

CANAL DE PRIVACIDADE E-mail: protecaodedados@funfarme.com.br

Para proteger os dados, a FUNFARME poderá solicitar informações razoáveis para confirmar a identidade e a legitimidade do solicitante.

As solicitações serão registradas, analisadas pelas áreas competentes e respondidas nos prazos legais aplicáveis. O atendimento poderá exigir validação de representação, procuração, responsabilidade legal, falecimento, incapacidade ou direitos de terceiros.

12. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS

O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais atua como canal de comunicação entre a FUNFARME, os titulares e a Agência Nacional de Proteção de Dados.

Entre suas atribuições, estão: receber comunicações, orientar a instituição, apoiar a governança e acompanhar práticas de privacidade.

A responsabilidade pela conformidade permanece institucionalmente com a FUNFARME.

Identificação do	Senefonte e Silva Ltda – CNPJ

Encarregado	34.315.969/0001-73
Contato	protecaodedados@funfarme.com.br

13. COOKIES E TECNOLOGIAS DIGITAIS

O site e os canais digitais podem utilizar cookies e tecnologias semelhantes para funcionamento, segurança, preferências, medição e melhoria da experiência.

Cookies estritamente necessários podem ser utilizados para viabilizar recursos essenciais. Cookies analíticos, funcionais ou de terceiros devem observar transparência, configuração e consentimento quando juridicamente exigido.

O usuário pode gerenciar preferências no banner de cookies, quando disponível, ou nas configurações do navegador. A simples possibilidade de bloqueio pelo navegador não substitui mecanismos de consentimento exigidos pela legislação.

14. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMAÇÃO

A FUNFARME pode utilizar tecnologias de automação e inteligência artificial em atividades assistenciais, administrativas, acadêmicas ou de segurança, desde que avaliadas, autorizadas e compatíveis com a legislação.

15. CONTATO

Controlador	Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto - FUNFARME
Endereço	Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5.544, Vila São Pedro, São José do Rio Preto/SP
Canal de privacidade	protecaodedados@funfarme.com.br
Encarregado	Senefonte e Silva Ltda – CNPJ 34.315.969/0001-73

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
BRASIL. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018. Digitalização e utilização de sistemas informatizados para guarda, armazenamento e manuseio de prontuário de paciente.
BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet.
BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor.
AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. Regulamentos e orientações vigentes sobre encarregado, incidentes de segurança, direitos dos titulares, cookies e transferência internacional.
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA e demais conselhos profissionais. Normas vigentes relacionadas ao sigilo, prontuário, telemedicina e exercício profissional.